

Cuiabá - MT, 26 de março de 2024.

Aos acionistas da
NASA SECURITIZADORA S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **NASA SECURITIZADORA S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2023.

Em atendimento ao Art. 50 da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021, informamos que a empresa AJCA Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

NASA SECURITIZADORA S.A.
Diretor Presidente
Alexandro Elias Benedetti



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Nasa Securitizadora S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nasa Securitizadora S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nasa Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, não foi apresentado a documentação que fundamente os registros contábeis referente aos R\$ 40.000 contabilizados como ajuste de exercícios anteriores, relativo as cotas de debêntures do Sr. Romulo de Abreu.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 14)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício a Companhia não efetuou emissão de debêntures. Essas emissões precisam ser devidamente registradas nos Órgãos Específicos e publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação, quando realizadas. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise de todos os documentos relacionados a emissão de debêntures, verificando os procedimentos corretos para que essas debêntures estejam devidamente lastreadas em direitos creditórios, bem como, analisamos a remuneração das debêntures para a data base de 31 de dezembro de 2023.

Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 18)

As operações da companhia são voltadas à aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários, emissão e colocação de títulos e valores mobiliários, cessão e re aquisição dos direitos creditórios, prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos. Entendemos que estas operações expõem a companhia, a riscos de perdas financeiras, decorrente da aquisição de créditos que possam incorrer em inadimplência e consequente perdas financeiras. Com objetivo de reduzir a respectiva exposição a perdas, a companhia possui um ambiente de controles internos, voltados a análise de créditos e confirmações de operações, com critérios predefinidos para aquisição de recebíveis, bem como o monitoramento constante da carteira dos respectivos recebíveis pela gestão da companhia, visando assim, minimizar a possibilidade de aquisições de crédito cuja liquidez seja duvidosa ou sem lastro. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de análise de crédito, gestão e reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos o relatório financeiro analítico de todos os recebíveis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2023, onde promovemos testes relacionados a idade dos respectivos títulos e testes de liquidações subsequentes. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos



leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de março de 2024.

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC/PR – 005288/O-6



Antonio Justichechem
CPF 355.658.109-49
CRC/PR 037.469/O-4

Assinado de forma digital por
ANTONIO
JUSTICHECHEM:35565810949
Dados: 2024.03.28 16:08:26 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat:
2024.001.20604

Antonio Justichechem
CRC/PR – 037.469/O-4

Balço Patrimonial dos Períodos findos em:
(Em Reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.836.972	3.764.303
Direitos creditórios	6	45.184.821	53.370.193
Impostos a Compensar		28.368	5.109
Adiantamentos	7	1.623.954	292.389
Outros créditos			1.328
Bens recebidos para revenda	8	6.501.798	4.685.887
Total do Ativo Circulante		58.175.913	62.119.209
Ativo Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	17.492.978	3.698.041
Imobilizado	10	1.363.413	1.413.826
Intangível	11	105.750	-
Total do Ativo Não Circulante		18.962.141	5.111.867
		77.138.054	67.231.076
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores		2.661	4.980
Obrigações trabalhistas	12	102.278	108.732
Obrigações tributárias		29.357	30.489
Outras Obrigações	13	1.347.329	1.095.104
Total do Passivo Circulante		1.481.625	1.239.305
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos		1.970.400	2.847.754
Títulos e valores mobiliários	14	73.556.250	63.024.017
Total do Passivo não Circulante		75.526.650	65.871.771
Patrimônio Líquido			
Capital Social	15	100.000	100.000
Reserva Legal		20.000	20.000
Ajuste de Exercícios Anteriores		40.000	-
Resultado Acumulado		(30.221)	-
Total do Patrimônio Líquido		129.779	120.000
TOTAL DO PASSIVO		77.138.054	67.231.076

Demonstração do Resultado dos períodos findos em:
(Em Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
			Reclassificado
Receitas operacionais		17.788.670	18.936.648
Receita de Securitização		17.485.223	18.364.542
Receita de Serviço		303.447	572.106
(-) Custo de Captação		(12.112.896)	(12.664.860)
(-) Deduções da Receita		(300.163)	(345.056)
Receita operacional líquida		5.375.611	5.926.732
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(5.717.518)	(6.016.086)
Total das despesas operacionais		(5.717.518)	(6.016.086)
Lucro antes do resultado financeiro	16	(341.907)	(89.354)
Despesas Financeiras		(333.499)	(553.274)
Receitas Financeiras		441.029	757.549
Resultado financeiro líquido	17	107.530	204.275
Outras Receitas		205.595	154.358
Resultado antes das provisões		(28.782)	269.279
(-) Provisão para contribuição social		(540)	(24.235)
(-) Provisão para imposto de renda		(899)	(43.320)
Lucro/(prejuízo) líquido do período		(30.221)	201.724

Demonstrações do resultado abrangente dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado Líquido do Período	<u>(30.221)</u>	<u>201.724</u>
Resultado abrangente do período	<u>(30.221)</u>	<u>201.724</u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em:
(Em Reais)

	Capital Social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100.000	-	20.000	433.822	553.822
Resultado líquido do Período				201.724	201.724
Distribuição de dividendos				(635.546)	(635.546)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	100.000	-	20.000	-	120.000
Aumento de capital social	900.000	(900.000)			-
Ajuste de Exercícios Anteriores				40.000	40.000
Resultado líquido do Período				(30.221)	(30.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.000.000	(900.000)	20.000	9.779	129.779

Demonstração do Fluxo de Caixa dos períodos findos em:
(Em Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(28.782)	269.279
Ajustado por:		
Ajuste de exercício anterior	40.000	-
Depreciação	108.552	234.925
Remuneração debêntures e CRA	12.112.896	12.664.860
	<u>12.232.666</u>	<u>13.169.064</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios	8.185.372	(6.618.266)
Impostos a compensar	(23.259)	11.054
Adiantamentos	(1.331.565)	-
Outros créditos	1.328	1.626.659
Bens disponíveis para revenda	(1.815.911)	(816.000)
Realizável a longo prazo	(13.794.937)	(2.178.886)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Fornecedores	(2.319)	(2.113)
Obrigações Trabalhistas	(6.454)	17.925
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	6.761	(23.358)
Outras obrigações	453.949	(748.548)
Caixa usado nas operações	<u>3.905.631</u>	<u>4.437.531</u>
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(9.332)	(109.638)
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>3.896.299</u>	<u>4.327.893</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Venda de Imobilizado	455.000	542.998
Aquisição de Imobilizado	(508.889)	(31.361)
Aquisição de intangível	(110.000)	
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>(163.889)</u>	<u>511.637</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.857.354)	(4.999.885)
Ingresso decorrente de empréstimos e financiamentos	3.980.000	6.128.484
Pagamento de dividendos	(201.724)	(635.546)
Resgate de Debêntures	(5.290.663)	(10.828.593)
Integralização CRA	3.400.000	-
Integralização de Debêntures	310.000	6.498.114
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>(2.659.741)</u>	<u>(3.837.426)</u>
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>1.072.669</u>	<u>1.002.104</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.764.303	2.762.199
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.836.972	3.764.303

Demonstração do Valor Adicionado do período findo em:
(Em Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
		Reclassificado
I - RECEITA	17.994.265	19.091.006
I.1 - Receita Securitização	17.485.223	18.364.542
I.2 - Receita de serviços	303.447	572.106
I.3 - Outras receitas	205.595	154.358
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.459.426	4.693.185
III - VALOR ADICIONADO BRUTO	13.534.839	14.397.821
IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	108.552	234.925
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	13.426.287	14.162.896
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	441.029	757.549
VI.1 - Receitas financeiras	441.029	757.549
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	13.867.316	14.920.445
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13.867.316	14.920.445
VIII.1 - Pessoal	834.134	738.776
VIII.2 - Impostos, taxas e contribuições	531.174	556.385
VIII.3 - Remuneração de capitais de terceiros	12.532.229	13.423.560
VIII.4 - Remuneração de capitais próprios	(30.221)	201.724

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

1) *Contexto Operacional*

A Nasa Securitizadora S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 11 de abril de 2012 e tem por objeto específico a exploração do negócio de (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”) e certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”); (III) prestação de serviços relacionados a operações de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) realização de negócios e prestação de serviços de seleção e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, na Avenida Isaac Póvoas, 1.177, sala 1.101, bairro Popular, CEP 78045-440, inscrita no CNPJ sob nº 15.377.572/0001-61.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações

contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2) **Riscos**

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de liquidez

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2024 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2024, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais

entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e

práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias com registro na CVM.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC e Demonstração do Valor Acumulado – DVA. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) *Principais práticas contábeis*

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2. Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3. Reconhecimento de despesa

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na

ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4. Impostos e contribuições

4.4.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.4.2. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 5%;

4.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou

constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11. Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12. Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13. Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15. Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

4.16. Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparação.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.582.500	2.639.380
Aplicações financeiras	3.254.472	1.124.923
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.836.972	3.764.303

6. Direitos Creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos

Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Direitos Creditórios a Receber vinculados as Debêntures	44.436.838	57.137.970
Direitos Creditórios a Receber vinculados ao CRA	4.756.425	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.008.442)	(3.767.777)
Total de Direitos Creditórios a receber	45.184.821	53.370.193

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	Vencidos	A Vencer	Total
Até 30 dias	7.375.470	13.291.281	20.666.751
de 31 a 60 dias	225.962	9.342.301	9.568.263
de 61 a 90 dias	191.564	5.039.505	5.231.069
de 91 a 120 dias	251.689	1.805.596	2.057.285
de 121 a 150 dias	308.458	1.318.552	1.627.010
de 151 a 180 dias	1.514.545	1.437.580	2.952.125
de 181 a 365 dias	4.008.442	3.082.318	7.090.760
Total	13.876.130	35.317.133	49.193.263
PECLD Contábil			(4.008.442)
Total Final			45.184.821

A Previsão Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosas (PECLD) é classificada de acordo com os títulos vencidos em período superior a 180 dias, até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para seu recebimento, sendo que não há expectativa de liquidação, de acordo com a Lei 13.097/2017, Art. 8º, § 7º em consonância com o CPC 38.

7. Adiantamentos

O saldo da conta “adiantamentos” é composto por adiantamentos feitos a fornecedores e empregados, sendo composto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a Fornecedores	1.616.970	282.305
Adiantamentos a Empregados	6.984	10.084
Total de Adiantamentos	1.623.954	292.389

8. Bens recebidos para revenda

A conta “Bens recebidos para revenda” refere-se a bens não destinados a uso, recebidos como quitação de dívidas de clientes, sendo representados por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Terreno Chapada dos Guimarães – MT	1.080.267	1.000.000
Terreno Cachoeira das Garças – MT	920.000	920.000
Sítio Leopoldo Bulhões – GO	-	175.000
Terreno Niquelândia – DF	40.000	40.000
Apartamento Caldas Novas – DF	54.343	54.343
Aviões	1.455.544	1.455.544
Terreno Cerâmica	1.810.000	-
Caminhão com semirreboque	350.000	350.000
Ford Cargo	240.000	-
Toyota Hillux Prata	90.000	-
Toyota Hillux CD 4X4	130.000	-
Caminhão Volkswagen 19/330	-	230.000
Caminhão Volkswagen 25/390	-	250.000
Retroescavadeira Caterpillar 416E ano 2014	211.000	211.000
Terreno em aparecida de Goiânia	120.644	-
Total de Bens recebidos para revenda	6.501.798	4.685.887

9. Realizável a longo prazo

O saldo da conta “Realizável a longo prazo” é composto por empréstimos entre filiais, além de adiantamentos realizados aos acionistas da companhia. O saldo se encontra assim disposto:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimo entre filiais	1.970.400	1.987.754
Adiantamento a acionistas	906.005	1.710.287
Clientes a Receber a Longo Prazo {a}	14.616.573	-
Total de Realizável a longo prazo	17.492.978	3.698.041

{a} Os Clientes a receber a Longo Prazo se referem a títulos de Direitos Creditórios a Receber vinculados as Debêntures com vencimentos superiores a 12 meses.

10. *Imobilizado*

O ativo imobilizado da Companhia é representado por:

Descrição	Taxa	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação	Valor Contábil	Valor Contábil
Equip. de informática	20%	54.439	(31.142)	23.297	44.390
Máquinas e equip.	10%	30.096	(18.398)	11.698	14.546
Móveis e utensílios	10%	102.179	(28.171)	74.008	31.228
Consórcio		819		819	819
Imóveis	10%	1.559.675	(306.084)	1.253.591	1.322.843
Total do Imobilizado		1.747.208	(383.795)	1.363.413	1.413.826

11. *Intangível*

O ativo intangível da Companhia é representado por:

Descrição	Taxa	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação	Valor Contábil	Valor Contábil
Software Licença de Uso	20%	110.000	(4.250)	105.750	-
Total do Imobilizado		110.000	(4.250)	105.750	-

12. *Obrigações trabalhistas*

A conta “Obrigações trabalhistas” refere-se a folha de pagamento da Companhia, destinada aos colaboradores, sendo assim composta:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados a pagar	16.029	14.498
Pró-labore a pagar	12.637	10.885
INSS a recolher	18.361	25.387
FGTS a recolher	3.342	3.570
Provisões de férias	38.537	36.282
INSS sobre férias	10.289	13.427
FGTS sobre férias	3.083	4.683
Total de Obrigações trabalhistas	102.278	108.732

13. Outras obrigações

A rubrica “Outras obrigações”, refere-se a contas e obrigações diversas a pagar, além de receitas de exercícios futuros. Os valores estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outras obrigações a pagar	1.007.021	893.379
Contas a pagar	340.308	-
Dividendos a Pagar	-	201.725
Total de Outras Obrigações	1.347.329	1.095.104

14. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia realizou 4 (quatro) emissões de debêntures até o encerramento do exercício, sendo ela:

A 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 20 de abril de 2012, onde foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 120 (cento e vinte) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. As debentures farão jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da

sua respectiva carteira de garantia, descontados impostos e taxa de administração de 30% (trinta por cento).

A 2ª (segunda) emissão privada de debêntures emitida em 20 de julho de 2012, foi cancelada na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de agosto de 2013.

A 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, em 20 de agosto de 2013, onde foram emitidas 1.200 (um mil e duzentas) debêntures simples da espécie flutuante não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), realizada em 04 (quatro) séries. As debêntures terão vencimento de 120 (cento e vinte) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. As debentures farão jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira de garantia, descontados impostos e taxa de administração de 30% (trinta por cento).

A 4ª (quarta) emissão privada de debêntures, em 02 de dezembro de 2019, onde foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (duzentos e quarenta) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. As debentures farão jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira de garantia, descontados impostos e taxa de administração de 30% (trinta por cento).

A Companhia também realizou 1 (uma) emissão privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) até o encerramento do exercício, sendo ela:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	9.760.000	13.950.000
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	3.694.276	-
Juros s/ Debêntures	64.110.416	52.841.794
(-) Provisão para Perdas com Créditos	(4.008.442)	(3.767.777)
Total títulos e valores mobiliários	73.556.250	63.024.017

Em relação a Provisão para perdas – NBC TG 48 (R4) ser lançada contra a conta no passivo, reduzindo as debêntures:

Em tese, a Lei 14.430, em seu Art. 21, menciona: “§ 4º A companhia securitizadora responde pela origem e pela autenticidade dos direitos creditórios vinculados ao Certificado de Recebíveis por ela emitido.”

Sendo assim, se a perda esperada, decorre de vício de forma, ou seja, origem e autenticidade do direito creditório corrompidas, a securitizadora de créditos deverá honrar junto aos investidores dos certificados de recebíveis, com recursos próprios, e portanto, a provisão de perda esperada, deverá ser contabilizada em conta de resultado.

Por outro lado, se a perda esperada, decorre do inadimplemento normal de mercado, sendo o direito creditório revestido de toda a formalidade legal e de origem lícita, a perda será imputada aos investidores dos certificados de recebíveis emitidos, e, portanto, a contrapartida da perda esperada, deverá ser contabilizada em conta redutora do passivo. No mesmo sentido, o parecer normativo nº 5 de 2014, já mencionava essa possibilidade. *18. Dessa forma, o investidor recebe o retorno do investimento por meio de pagamentos a título de amortizações e encargos na medida em que os títulos de lastro são liquidados e/ou remunerados, compondo assim fluxos financeiros combinados, administrados pela securitizadora. Os títulos inadimplidos e considerados incobráveis são abatidos do lastro, reduzindo assim os fluxos financeiros, o que, observados os termos pactuados, resulta, a princípio, em perda tanto para o investidor quanto para a securitizadora, por diferentes motivos, melhor compreendidos mais adiante. Não obstante, a securitização oferece diversas oportunidades econômicas para o investidor, pelas possibilidades de ganhos com o risco adquirido e não materializado, e para os cedentes, pela antecipação de recebíveis e redução da pressão do risco de crédito sobre seus ativos.*

Independentemente da legislação específica, ou do entendimento fiscal a respeito, devemos sempre observar o que preceitua o título de securitização de crédito, seja ele um certificado, ou uma debênture. O título de securitização de crédito deverá conter em suas cláusulas e condições essa questão, se as perdas créditos são de coobrigação da companhia Securitizadora, ou se trata de riscos assumidos pelos investidores. De acordo com a natureza e/ou, conteúdo explícito no título de securitização, a contrapartida da PECLD Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa, será apropriada, seja no resultado do exercício ou em conta redutora do passivo. Em relação a Nasa Securitizadora, a Escritura das

debêntures em seu item 8: “8. **ESPÉCIE:** As debêntures serão da espécie subordinadas, tendo como principal garantia os direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato Particular de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito para Fins de Securitização e outras Avenças firmados entre a **EMISSORA** e os originadores dos direitos creditórios. As garantias ora assumidas pela **EMISSORA** serão objeto de ajustes diários de posição contemplando o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das debêntures, acrescido de juros remuneratórios, juros moratórios, bem como quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irreatável, para todos os efeitos legais”.

Dessa forma, a escritura trata de debêntures define que o risco é assumido pelos investidores, não havendo a coobrigação por parte da securitizadora.

15. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que há um montante de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) a integralizar.

Reserva legal

A reserva legal está totalmente constituída no limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do estatuto social da companhia.

Ajuste de Exercícios Anteriores

Durante o ano de 2023 a companhia apurou em ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Resultado do Exercício

No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o prejuízo de R\$ 30.221,35 (trinta mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos), sendo destinado a conta de prejuízos acumulados, para ser compensado em exercícios futuros.

16. Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31.12.2023	31.12.2022
		Reclassificado
Receitas operacionais	17.788.670	18.936.648
Receita de Securitização	17.485.223	18.364.542
Receita de Serviços	303.447	572.106
(-) Custo de captação	(12.112.896)	(12.664.860)
(-) PIS	(41.032)	(47.203)
(-) COFINS	(252.503)	(290.483)
(-) ISS	(6.628)	(7.370)
Despesas operacionais	(5.717.518)	(6.016.086)
Despesas operacionais	(5.717.518)	(6.016.086)
Resultado operacional líquido	(341.907)	(89.354)

No exercício de 2023 a Companhia optou por demonstrar a receita de securitização separado do custo de captação.

17. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Financeiras	441.029	757.549
Juros de Aplicações Financeiras	182.730	90.020
Juros Ativos	258.299	667.529
Despesas Financeiras	(333.499)	(553.274)
Despesas Bancárias	(172.778)	(177.723)
Juros de Mora	(257)	(429)
IOF	-	(7.788)
Despesas legais e judiciais	(23.989)	(1.324)
Descontos concedidos	(136.475)	(366.010)
Resultado financeiro líquido	107.530	204.275

18. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, Direitos Creditórios a receber, Títulos e valores mobiliários, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 14): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2023.

Cuiabá - MT, 26 de março de 2024.

Alexandro Elias Benedetti

Diretor Presidente e Diretor de Securitização

Tatyana Ribeiro Garcia Benedetti

Diretora de Compliance

Eduardo Wasilewski

CRC/MT: 002438/O-1

Contador

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Alexandro Elias Benedetti**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 29 de março de 1972, residente e domiciliado a Rua Coronel Otiles Moreira, 93, Edif. Parque Ravena, Apto 2002, Duque de Caxias II, CEP: 78043-368, na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, inscrito no CPF/MF sob nº 316.913.232-68 e portador da cédula de identidade RG nº 2427318-0 – SSP/MT, **Diretor Presidente e Diretor de Securitização** da **Nasa Securitizadora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Isaac Povoas, 1177, Sala 1101, Centro, CEP 78.045-440, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.377.572/0001-61, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Mato Grosso – JUCEMAT sob NIRE 51.3.0001162-0, **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 31 de dezembro de 2023; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 26 de março de 2024.

Cuiabá-MT, 26 de março de 2024.

Alexandro Elias Benedetti
Diretor Presidente e Diretor de Securitização

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Tatyana Ribeiro Garcia Benedetti**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. Nº 0659526-0 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 376429.011-00, residente e domiciliada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, à Rua Coronel Otilés Moreira, 93, Edif. Parque Ravena, Apto 2002, Duque de Caxias, CEP:78043-368, **Diretora de Compliance** da **Nasa Securitizadora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Isaac Povoas, 1177, Sala 1101, Centro, CEP 78.045-440, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.377.572/0001-61, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Mato Grosso – JUCEMAT sob NIRE 51.3.0001162-0, **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 31 de dezembro de 2023; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 26 de março de 2024.

Cuiabá-MT, 26 de março de 2024.

Tatyana Ribeiro Garcia Benedetti
Diretora de Compliance

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Rômulo Pereira de Abreu**, brasileiro, empresário, nascido em 24 de outubro de 1967, residente e domiciliado à QS 3 lote 03 A 09, Sala Areal (Aguas Claras), CEP: 71.953-000, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 364.346.551-34 e portador da cédula de identidade RG nº 901.930 – SSP/MT, **Diretor de Operações** da **Nasa Securitizadora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Isaac Povoas, 1177, Sala 1101, Centro, CEP 78.045-440, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.377.572/0001-61, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Mato Grosso – JUCEMAT sob NIRE 51.3.0001162-0, **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 31 de dezembro de 2023; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 26 de março de 2024.

Cuiabá-MT, 26 de março de 2024.

Rômulo Pereira de Abreu
Diretor de Operações